

OLIVEIRA, JOÃO PACHECO

*magistrado; dep. fed. BA 1927-1930; const. 1934; sen. BA 1935-1937; min. STM 1938-1947; dep. fed. BA 1947-1951.

João Pacheco de Oliveira nasceu em Cachoeira (BA) no dia 13 de julho de 1880, filho de João Pacheco de Oliveira e de Joana Carolina Vieira de Oliveira. Seu irmão Vicente Pacheco de Oliveira foi deputado estadual entre 1935 e 1937.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e concluiu os preparatórios no Ginásio São Salvador, na capital do estado. Em 1898 matriculou-se na Faculdade de Direito da Bahia e ainda estudante atuou como defensor gratuito. Bacharelou-se em março de 1902.

De 1907 a 1911 foi inspetor federal da Faculdade de Direito da Bahia, e em 1908 iniciou-se no jornalismo. No pleito de 1909 elegeu-se deputado estadual na legenda do Partido Republicano da Bahia. Integrando a corrente de José Marcelino de Sousa, participou da Campanha Civilista, movimento que promoveu em 1909-1910 a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, afinal eleito em março de 1910. A campanha assumiu caráter antimilitarista.

No pleito de 1911 reelegeu-se deputado estadual. Na legislatura que se seguiu, enfrentou várias lutas políticas, entre as quais o célebre bombardeio da Bahia em 1912. O bombardeio resultou da intervenção federal devido ao impasse criado após as eleições para a Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Salvador, uma vez que tanto a situação, liderada pelo governador demissionário João Ferreira de Araújo Pinto (1908-1911) e apoiada por João Pacheco de Oliveira, como a oposição, chefiada por José Joaquim Seabra, reivindicavam a vitória.

Como deputado estadual, foi autor da lei, anterior à legislação federal, que instituiu na Bahia o feriado do dia 1º de maio como dia dedicado ao trabalho. Partidário do ensino primário unificado no país, lutou pela uniformização das escolas normais nos estados de acordo com o modelo das escolas do Distrito Federal. Em 1915 voltou a desempenhar a função de inspetor federal da Faculdade de Direito da Bahia, cargo que deixaria em 1920.

No pleito de 1915 elegeu-se deputado federal pela Bahia, mas não teve sua eleição reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados. Candidatou-se então pela oposição ao Conselho Municipal de Salvador, onde conquistou

uma cadeira para a legislatura 1916-1921. Foi ainda diretor da Imprensa Oficial do estado de 1921 a 1923. Sua atuação na imprensa e nas assembleias políticas foi sempre a de um propugnador do auxílio às instituições de educação e caridade. Participou ainda da Reação Republicana, movimento que promoveu em 1921-1922 a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922.

Em 1924 voltou a se eleger deputado federal pela Bahia, mas novamente não teve sua eleição reconhecida. Entretanto, eleito no pleito de 1927, foi empossado e exerceu o mandato até 1929. Novamente eleito em março de 1930, ocupou sua cadeira na Câmara em maio desse ano, mas, com a vitória da Revolução de 1930, teve o mandato interrompido no dia 23 de outubro, às vésperas da deposição do presidente Washington Luís.

Em agosto de 1931 participou da fundação do Partido Evolucionista, cujo programa propunha a luta pelas ideias liberais inscritas na Constituição de 1891, por um regime eleitoral que respeitasse o alistamento e a liberdade do voto e por uma distribuição mais racional e equitativa das rendas públicas entre a União, os estados e os municípios. O Partido Evolucionista agregou-se posteriormente ao Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, criado em janeiro de 1933.

Um dos fundadores do PSD, João Pacheco de Oliveira foi eleito nessa legenda deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte no pleito de maio de 1933, e assumiu o mandato em novembro do mesmo ano. Escolhido para a vice-presidência da Constituinte, foi autor do projeto de nacionalização da imprensa, tendo apresentado ainda projetos e emendas de interesse geral que se tornaram leis. Contrário à transformação da Assembleia em Câmara ordinária, votou contra a concessão ao chefe do governo do direito de baixar decretos-leis. Foi autor de leis de regulamentação e amparo das várias categorias profissionais, como caixas e institutos de aposentadoria e pensões dos comerciários e outros, e defendeu a criação da Justiça gratuita para os pobres e a isenção de impostos da casa única e de pequeno valor, como proteção ao lar das classes menos favorecidas. Defendeu também a propriedade enquanto meio de subsistência para o trabalhador e sua família.

Em junho de 1934, substituindo provisoriamente o presidente da Assembleia, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, nomeou a Comissão de Redação da nova Carta. Com a

promulgação desta em 16 de julho do mesmo ano e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato prorrogado até maio de 1935, quando assumiram os novos deputados eleitos em outubro de 1934. Nesse mesmo pleito elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do PSD, mas não chegou a tomar posse em virtude de sua eleição para o Senado pela Assembleia Constituinte da Bahia. Assumiu o mandato de senador em maio de 1935, tendo participado das comissões de Diplomacia e de Tratados e presidido as comissões de Educação e Saúde e de Constituição e Justiça da casa. Com o advento do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, teve o mandato interrompido em consequência da supressão de todos os órgãos legislativos do país. Em março do ano seguinte foi empossado como ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM).

Com a desagregação do Estado Novo e a reorganização partidária do país, participou da fundação do Partido Popular Sindicalista (PPS) em setembro de 1945, tendo integrado a comissão diretora da agremiação, que defendia a República Federativa e o Poder Executivo com ministério responsável, além de considerar prioritária a solução dos problemas relativos à saúde e à educação. Em 1946 o PPS uniu-se ao Partido Republicano Progressista (PRP) e ao Partido Agrário Nacional (PAN), dando origem ao Partido Social Progressista (PSP), dirigido por Ademar de Barros.

No pleito suplementar de janeiro de 1947 João Pacheco de Oliveira elegeu-se deputado federal pela Bahia com o apoio da coligação do Partido Social Democrático (PSD) com a União Democrática Nacional (UDN). Em junho do mesmo ano aposentou-se do STM e assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, tornando-se membro da Comissão de Constituição e Justiça. Deixou a Câmara em janeiro de 1951, ao final da legislatura, após ter disputado a reeleição, sem êxito, pelo PSD, em outubro de 1950.

Além de advogado, colaborou na imprensa baiana, fundou e dirigiu *A Cidade*, dirigiu o *Diário da Bahia*, o *Democrata* e o *Jornal de Notícias*. Foi ainda redator-secretário de *A Bahia* e publicou artigos na *Revista do Instituto dos Advogados da Bahia*.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 24 de setembro de 1951.

Era casado com Maria Hermínia Teles de Oliveira com quem teve um filho.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1);

BARBOSA, R. *História; Boletim Min. Trab.*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*. Repertório (1946-1967); CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Cronologia da Assembléia; Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes; Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Conselheiros*; SENADO. *Anais* (1/5/1935); TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1).